



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680223 - SP (2021/0219581-4)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : LUIZ MARTINS DE OLIVEIRA NETO
ADVOGADO : LUIZ MARTINS DE OLIVEIRA NETO - SP365256
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JONATHAN CARLOS SOUZA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JONATHAN CARLOS SOUZA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (*Habeas Corpus* n. 2119226-33.2021.8.26.0000).

O paciente, denunciado pela prática em tese das infrações penais dispostas no art. 157, § 3º, II, c/c o art. 14, II, no art. 157, § 3º, II e no art. 157, § 2º, II, e § 2º-A, I, c/c o art. 70 (duas vezes), todos do Código Penal, encontra-se preso preventivamente para evitar a reiteração delitiva, para a garantia da ordem pública e para assegurar a aplicação da lei penal.

A impetrante sustenta a ilegalidade da prisão preventiva por excesso de prazo na formação de culpa do paciente. Aduz que a custódia cautelar, decretada em 3/10/2019, perdura até o presente momento sem que tenha sido concluída a ação penal. Assevera, ainda, a desnecessidade do encarceramento provisório.

Requer, liminarmente, a revogação da prisão preventiva do paciente, ainda que mediante a aplicação de medidas cautelares diversas. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a medida liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que “é firme a jurisprudência desta Corte no sentido de que ‘a

preservação da ordem pública justifica a imposição da prisão preventiva quando o agente ostentar maus antecedentes, reincidência, atos infracionais pretéritos, inquéritos ou mesmo ações penais em curso, porquanto tais circunstâncias denotam sua contumácia delitiva e, por via de consequência, sua periculosidade’ (RHC 107.238/GO, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 12/3/2019)” (AgRg no RHC n. 131.260/MG, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 22/10/2020).

Nesse contexto, afasta-se a plausibilidade jurídica da medida de urgência e reforça-se a impossibilidade de sua concessão no caso em tela

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente